



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Audiência Pública: “A Situação Atual do Bioma da Amazônia e o Papel do Ministério Público.”

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, situado sobre a Avenida Cel. Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, Amazonas, iniciou-se a Audiência Pública “A Situação Atual do Bioma da Amazônia e o Papel do Ministério Público”, sob a presidência do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior. Presentes à mesa estavam o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, Carlos Fábio Braga Monteiro; o Corregedor-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, José Roque Nunes Marques; a Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e Promotora de Justiça, Wandete de Oliveira Netto; a Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal no Amazonas, Tatiana Almeida de Andrade Dornelles; o Deputado Estadual e Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Luiz Castro; o Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas, Neliton Marques da Silva; o Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Niro Higuchi; o Presidente da Associação Amazonense do Ministério Público do Estado do Amazonas e Promotor de Justiça, Reinaldo Nery. O Presidente da mesa, Jarbas Soares Júnior, após saudar a todos, fez um breve esclarecimento acerca do funcionamento da audiência pública. Lembrou as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público, destacando sua função de fomento da atuação do Ministério Público brasileiro. Destacou a importância da iniciativa, tendo em vista a abrangência ambiental do Bioma Amazônia. Explicou, por fim, a dinâmica da audiência pública, agradeceu e deu início aos trabalhos. Por sua vez, o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, Carlos Fábio Braga Monteiro, saudou e deu as boas-vindas a todos os presentes e destacou a importância da iniciativa. Lembrou que é essencial a atuação preventiva do Ministério Público, informada pelo diálogo com a sociedade civil, de modo que possam ser adotadas soluções mais efetivas. Dando início às contextualizações, o Professor Doutor Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Niro Higuchi, iniciou sua exposição explicando a relação entre a mudança climática e o papel ambíguo da Floresta Amazônica, que atua como protagonista do sucesso do processo de mudança climática, mas também, como vilã nesse mesmo processo. Conceituou, com o auxílio de apresentação em slides, o clima como uma média da variável meteorológica, principalmente, temperatura, precipitação e vento. Explicou que, segundo a Organização Mundial da Meteorologia, a mudança climática ocorre com a mudança dessa média por um período mínimo de 30 anos, enquanto o tempo é o estado físico das condições atmosféricas em um determinado momento e local. Demonstrou, especificamente, que o processo de mudança da temperatura ocorreu ao longo dos anos e explicou que, para ele, a principal razão desse processo foi o aumento da população, o qual gerou, entre outras coisas, o aumento do consumo e da emissão de CO₂ na atmosfera. Apresentou as estatísticas segundo as quais as emissões de 1960 eram de 11 bilhões de toneladas de CO₂ passaram a 33 bilhões no último Inventário Mundial. Comentou que há um aumento de emissão de CO₂. Demonstrou que houve grande queda no desmatamento amazônico segundo os mapas de uso da terra, por outro lado, as emissões nacionais continuam crescendo. Explicou que o ciclo normal apresentava picos de concentração de CO₂ a cada 70 mil anos, sempre menores que 300 ppm, porém, nos últimos 200 anos houve uma mudança muito grande na concentração de CO₂ na atmosfera, de modo que já se chegou à concentração de 400 ppm nos dias de hoje. Apresentou dados que demonstraram a redução, de 2000 a 2013, das emissões de CO₂ nos

principais países emissores (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Reino Unido, África do Sul, Itália e França). Destacou que as emissões de CO₂ no Brasil aumentaram no mesmo período, isso sem incluir o desmatamento. Explicou que o aquecimento do planeta depende muito do Sol, podendo haver aumento ou diminuição da temperatura. Salientou que outra consequência das emissões e do desmatamento seria a ocorrência de mais eventos extremos, como tempestades, nevascas, tornados, ciclones, enchentes, secas etc. Comentou que o Brasil também poderia ser afetado pela ocorrência do *El Niño* e da *La Niña* fora de época, como em 2009. Acrescentou que o evento “Costas de Ventos”, que sempre existiu na Amazônia, provocando a queda de árvores em cerca de 5 hectares, ocorreu de forma mais drástica em 2005, o que levou a clareiras inéditas de 4.000 hectares. Pontuou que no final de 2005 houve uma seca abrangendo o Acre e o Amazonas. Sugeriu que esses eventos possam ter tido relação com o aumento da temperatura no planeta. Mencionou que, de 2009 a 2010, os cientistas asiáticos identificaram um evento com características semelhantes às do *El Niño*, causado pelo aquecimento do Pacífico, na região da costa do Peru, sempre perto do Natal, que provoca seca na região Amazônica e muita chuva no Sul e Sudeste do Brasil. Acrescentou que em 2010 houve outra seca, mais intensa que a de 2005. Descreveu as estimativas das emissões de carbono provocadas pelas secas entre 2005 e 2012, da ordem de trilhões de toneladas emitidas. Afirmou que sempre houve cheia do Rio Negro, mas nunca com tanta frequência e com tanta intensidade, de modo que em 2015 a marca da cheia ficou quase próxima do recorde. Mostrou fotos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o mapa das cidades do Amazonas em estado de alerta para as cheias dos Rios Negro e Solimões. Em seguida, destacou que a Constituição de 88 transformou a Floresta Amazônica em Patrimônio Nacional. Mostrou, no mapa, a Amazônia Legal e reforçou a importância de cuidar da Floresta Amazônica. Mostrou também, dentre várias áreas no mapa, inventários do Estado do Amazonas que demonstravam estoque de carbono total abaixo do solo e acima do solo de aproximadamente 160 toneladas de carbono por hectare. Ressaltou a necessidade de se fazer mais estudos sobre o Bioma Amazônia, pois, com estudos periódicos, há a possibilidade de monitorar a média histórica de desmatamento. Opinou no sentido de zerar o desmatamento no Amazonas. Mostrou índices de emissão de CO₂ *per capita*, acima da emissão nacional. Informou que fez um estudo para avaliar o fenômeno de 2005, em uma área experimental, e a conclusão foi de que a seca, apesar de ter sido muito rigorosa, a tempestade de vento foi muito mais violenta, em termos de mortalidade de árvores, e por essa razão a estimativa é que a Rosa do Vento promove uma emissão de gases do efeito estufa muito maior do que a seca. Destacou ainda outros serviços ambientais da Floresta Amazônica, tais como: regulação de ciclo hidrológico no local regional, controle da erosão do solo, proteção de bacias hidrográficas entre outros. Mostrou a formação das chuvas em relação à regulação do ciclo, bem como, percentualmente, o quanto a chuva da Amazônia depende de sua própria evapotranspiração e do oceano Atlântico. Explicou que 44% das chuvas que são formadas na Amazônia vão para outras regiões do Brasil. Explicou ainda a relação entre o plantio e as chuvas. Disse que em 2005 houve tempestades e seca no Bioma. Por fim, opinou que é necessário se trabalhar na estimativa das emissões no Bioma de modo a tentar mitigá-las, se possível neutralizá-las, pois, assim, é possível entender melhor quais são as vulnerabilidades do Bioma e se preparar para as mudanças climáticas. Dando continuidade aos trabalhos, o **Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Neliton Marques da Silva** iniciou sua participação fazendo uma caracterização do Bioma Amazônico. Segundo o palestrante, o conceito de Bioma tem muito a ver com os conjuntos de ecossistemas e se caracteriza por uma série de identidades, do ponto de vista do relevo, da vegetação, da fauna, do solo, dos ecossistemas, e isso conforma um tipo de clima específico naquela região. Lembrou a importância de não confundir o Bioma com o próprio espaço territorial da Amazônia. Nesse sentido, explicou que a Amazônia é formada dentro do conceito de Amazônia Legal pelos nove Estados que compõem a Amazônia, e, evidentemente, priorizando apenas a Amazônia brasileira. Continuou dizendo que o Bioma Amazônia corresponde somente aos Estados que estiverem referindo ao Bioma Amazônia, que vai além da fronteira do Brasil, o que incluiria os nove países amazônicos, que contêm florestas com as características reconhecidas da Floresta Amazônica. Lembrou que, quando se pensa em termos de gestão do espaço territorial amazônico, é preciso ter uma visão que considere todos os países componentes do Bioma. Disse que o grande desafio em relação ao Bioma é como internacionalizar toda essa riqueza amazônica, de modo que todos esses aspectos se

traduzam em qualidade de vida dos mais de vinte milhões de pessoas que moram nessa região. Destacou características do Bioma para mostrar a diversidade e a necessidade de intervenções diferenciadas a depender da localidade. Afirmou que o Bioma possui uma fauna extremamente rica, o que não implica necessariamente em abundância, mas em certa fragilidade, exigindo uma gestão inteligente, do ponto de vista da própria manutenção e valorização dessa riqueza da nossa fauna, no conjunto do Bioma. Apontou questões importantes para se entender e gerir a complexidade do Bioma, tais como o desmatamento ilegal e as queimadas, uso predatório dos recursos naturais, a questão fundiária, as grandes obras de infraestrutura e os conflitos sociais. Sustentou que o arco do desmatamento, embora nos últimos anos tenha havido uma regressão de suas taxas, ainda é preocupante. Continuou dizendo que, do ano de 2014 até hoje, percebeu-se um incremento nessas taxas de desmatamento. Disse que, ao formar uma análise do panorama desse desmatamento nos Estados da Amazônia de 2010 a 2013, observa-se que o Estado do Pará continua sendo um dos campeões no desmatamento nos anos de 2010, 2011 e 2013. Em complemento, chamou atenção que particularmente no Estado do Amazonas, houve um leve incremento dessas taxas de desmatamento nos últimos três anos e que a tendência é de aumento. Registrou que exigiu da parte dos gestores um conjunto de políticas públicas que possam reverter esse quadro. Lembrou que esse desmatamento tem se configurado ao longo, sobretudo, das estradas que foram abertas durante os anos 70. Afirmou ainda que no Estado do Mato Grosso não é diferente, pois há uma pressão das áreas de desmatamento. Mostrou no mapa outras áreas de desmatamento da região norte. Defendeu, diante dos focos de desmatamento, uma gestão inteligente para conter o desmatamento, sobretudo, o desmatamento ilegal. Mencionou que o Estado do Acre, que vem apresentando taxas reduzidas, decrescentes de desmatamento, mas é importante observar na distribuição, a maior concentração nessa porção territorial do Estado. Mostrou em gráfico o padrão de desmatamento na região nos últimos seis anos e opinou no sentido da necessidade de uma forma de intervenção diferente, pois há uma tendência, cada vez maior, do desmatamento acontecer em áreas inferiores a 25 hectares. Afirmou que esse padrão é de maior concentração em áreas menores, fato que dificulta a identificação por satélite, aumenta a complexidade do processo de fiscalização e de contenção dos crimes ambientais, sobretudo, do desmatamento ilegal, e, portanto, aumenta a taxa de complexidade nesse processo. Ressaltou que ninguém desmata por desmatar, o desmatamento acontecerá enquanto a floresta valer menos do que as *commodities* e a pressão das forças econômicas vai continuar acontecendo na substituição de floresta por outras formas de uso do solo. Registrou que, do ponto de vista desses produtos, ao longo da ponta da fronteira agrícola, outro aspecto é o crédito subsidiado que, talvez, terá uma taxa de redução em função da crise econômico-financeira que vive o país. Mostrou no mapa a tendência, caso nenhuma medida de gestão ambiental seja adotada, sobretudo, do ponto de vista de valorização e Gestão das Unidades de Conservação, deve-se chegar em 2030 com este cenário na Amazônia. Destacou que, realmente, no Brasil, o desmatamento, ainda, é um grande responsável pelas execuções de gases do efeito estufa e os impactos que isso gera, do ponto de vista climático. Mostrou uma foto da seca de 2005 e lembrou o papel importante das florestas no processo de regulação dos aspectos climáticos. Definiu como desafio a valorização dos serviços ambientais, de modo que impliquem em uma inibição da pressão desses recursos florestais e em uma nova fórmula de uso do solo, que não seja esse quadro que se assiste na Amazônia, como, por exemplo, a exploração de minérios, a exploração na forma de garimpo, cujo passivo, geralmente, são as águas com baixa capacidade de recuperação. Em complemento, ressaltou que será preciso encontrar formas criativas e inovadoras de contrapor o desmatamento e agregar valores sustentáveis aos diferentes produtos que essa região proporciona. Reforçou que ainda não há mecanismos de solução e superação dos conflitos relativos à questão fundiária e isso traz consigo reflexo concreto no processo de gestão, no uso predatório de recursos e na internalização dos agentes econômicos no contexto da gestão da Amazônia. Destacou que o Cadastro Ambiental Rural é um passo fundamental, mas não suficiente para minimizar o problema da questão fundiária. Elencou dez desafios na perspectiva da gestão dos recursos e na resolução dos conflitos sociais e ambientais da Amazônia. O primeiro desafio se refere à reduzir as taxas de desmatamento. Outra questão é a política energética e seus impactos sociais e econômicos. O terceiro desafio é a infraestrutura de desenvolvimento local que deve ser compatível com a dignidade humana, pois o que se observa é o contrário, a exemplo do saneamento básico das cidades do Norte. Registrou que

priorizar a questão das estradas das cidades para escoar a produção, sobretudo, da agricultura familiar e formação técnica, priorização de energia renovável, ou seja, um conjunto de obras de infraestrutura que proporcionem melhorias dos nossos indicadores socioambientais. Continuou dizendo que o quarto desafio seria planejar e ampliar o adensamento científico-tecnológico na região amazônica, porque é necessário ampliar a infraestrutura de geração de novos pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento e implantação de novos institutos de pesquisa. Continuou dizendo que outro grande desafio é encontrar formas inovadoras de inclusão digital, em uma região com tanta complexidade logística. Deu o exemplo da dificuldade enfrentada na educação à distância na Universidade Federal do Amazonas em razão da ausência de infraestrutura digital adequada. Um desafio também importante se refere à consolidação das unidades de conservação e valorização das terras indígenas, pois é exatamente nesses espaços territoriais que o conjunto dos serviços ambientais são assegurados. Dando continuidade ao rol de desafios, disse que outro aspecto é a importância da valorização da agricultura familiar e de uma agropecuária mais sustentável. Registrou que é possível melhorar a agricultura familiar, sem que isso leve a um processo de degradação, por meio da tecnologia, da inclusão digital. Colocou ainda como desafio o mapeamento de serviços ambientais, que está em discussão, em Audiência sobre a Lei Estadual de Serviços Ambientais. O penúltimo desafio se refere ao manejo florestal e reflorestamento. Estabeleceu como último desafio, não menos importante, a valorização das cadeias produtivas locais, dos produtos do Bioma Amazônia. Por fim, registrou que entende que o Ministério Público tem um papel fundamental nessa discussão com os cientistas, gestores e sociedade. Em seguida, o **Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Deputado Luiz Castro**, após saudar a todos, registrou a importância da iniciativa. Destacou a necessidade de interiorizar a pesquisa, ciência e tecnologia na Amazônia, a exemplo do que fez o ITA, pois os institutos de pesquisas estão concentrados nas capitais do Estado. Afirmou que é preciso garantir mais recursos no INPA para que seja possível deflagrar esse processo de interiorização, bem como envolver a Universidade Federal do Amazonas no processo de desenvolvimento de tecnologias. Registrou que gostaria que o Ministério Público tivesse papel proativo em relação ao CBA, Centro de Biotecnologia, que foi inaugurado em 2002 e, até hoje, não funcionou como deveria e poderia funcionar, uma vez que, hoje, conta apenas com aproximadamente quarenta pesquisadores, com bolsas do CNPq e da FACAM, mas ainda não se conseguiu sua própria autonomia de gestão, com personalidade jurídica própria, como modelo de gestão sincronizado, inclusive com a sociedade local. Sugeriu que fossem ministrados cursos sobre a realidade socioambiental do Bioma para membros do Ministério Público que são lotados no interior do Estado, de modo que esses membros tenham o preparo adequado para o desempenho de suas atribuições. Pediu ao Ministério Público atuação em relação à questão da Lei de Serviços Ambientais. Ressaltou, por fim, a importância de disseminar a cultura de não judicialização de conflitos, pois entende que, antes da judicialização, é importante fazer um amplo debate sobre o assunto com especialistas e com a sociedade civil. Em continuidade à Audiência Pública, o **Coordenador Executivo da Fundação Vitória Amazônica, Fabiano Gomes da Silva**, após cumprimentar todos os presentes, explicou que a Fundação Vitória Amazônica é uma organização que trabalha há mais de 25 anos em prol da conservação ambiental e do desenvolvimento socioeconômico de populações do Rio Negro. Ressaltou que é fundamental, no contexto amazônico, o desenvolvimento da Metrópole de Manaus e da Região Metropolitana. Sugeriu que se deveria dar atenção a essas Políticas Nacionais e Estaduais que visam o desenvolvimento regional, de modo a ajustá-las às características da região. Tratou do caso da Zona Franca no contexto do desenvolvimento regional, paradigma do desenvolvimento do norte do Brasil. Destacou a intervenção conjunta com o Ministério Público na intervenção na cadeia de valores da piaçava, no Médio e Alto Rio Negro. Explicou que, nessa região do Médio e Alto Rio Negro, persiste a dinâmica socioeconômica chamada de aviamento, na qual intermediários, comerciantes, emprestam recursos para os trabalhadores irem para floresta coletar matéria-prima, de modo que, quando esses trabalhadores voltam, saldaram as suas dívidas com a matéria-prima coletada, em condições análogas à escravidão. Afirmou que talvez o grande problema amazônico seja a ausência do Estado em várias questões, tais como na regularização fundiária, na fiscalização do trabalho, na educação básica e na obtenção de documentos civis. Pediu atenção às demandas judicializadas relativas à região. Por sua vez, o **Diretor Executivo da WCS Brasil, Carlos César Durigan**, depois de saudar a todos, destacou

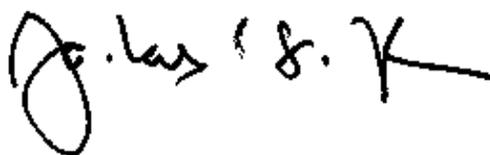
a atuação do Ministério Público na agenda socioambiental. Destacou dois pontos. Primeiramente, ressaltou a questão da dificuldade de implementação e consolidação das unidades de conservação e terras indígenas e quilombolas no papel de preservar o Bioma no processo de desenvolvimento sustentável. Lembrou que as áreas protegidas não servem apenas para conservar, mas também para servirem de bases para uma rede de biodiversidade da Amazônia. Criticou a disparidade que existe entre os discursos e a prática efetiva. Destacou que, em relação às áreas protegidas, tem-se, atualmente, uma redução da verba orçamentária. Afirmou que houve um período de iniciativas de desenvolvimento local importantes na Amazônia, mas os instrumentos não têm sido efetivos, em razão do descaso orçamentário. Disse que, atualmente, grande parte do orçamento destinado à implementação de unidades de conservação e consolidação de ações nos territórios indígenas e quilombolas são provenientes de doações internacionais. Outro ponto que registrou foi o reconhecimento dos impactos na região, em razão do incremento de políticas voltadas para projetos de grandes infraestruturas, tais como a Bacia Hidrográfica da Amazônia. Citou o impacto na pesca, em que 80% dos peixes consumidos na Amazônia são peixes migradores. Mencionou as dificuldades por que passa o Rio Madeira. Destacou a importância da atuação do Ministério Público e da sociedade civil nesse contexto. Encerrou reafirmando que é necessário se discutir o impacto da implementação de grandes infraestruturas. Em seguida, o **Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável, Virgílio Viana**, após saudar a todos, defendeu, como o Deputado Luiz Castro, uma formação específica dos membros do Ministério Público voltada para realidade amazônica. Lembrou que as nascentes do Rio Amazonas estão no Peru e outros rios que abastecem a Bacia Amazônica, na Bolívia, no Equador, na Colômbia, e até na Venezuela, de modo que é necessário ter atenção aos processos de degradação nessas áreas. Lembrou da questão do garimpo desordenado e seus impactos na saúde humana e no ecossistema. Afirmou que o desmatamento das nascentes é um problema sério, assim como as minerações em nascentes. Sugeriu que fosse feito um intercâmbio entre os Ministérios Públicos dos países que compõem a Bacia Amazônica. Destacou dois marcos institucionais que poderiam servir para essa articulação: a Organização do Trabalho de Cooperação Amazônica, sediada em Brasília, e a UNASUL, sediada em Quito. Explicou a iniciativa das ONU denominada STSM, Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável. Ressaltou a necessidade de investimentos para melhorar a qualidade da educação nas comunidades ribeirinhas e indígenas. Lembrou que o Ministério Público tem o papel de fiscalizar as prefeituras no contexto escolar. Disse que a Fundação Amazônia Sustentável fez, por meio do Observatório da Educação, um levantamento das Escolas Ribeirinhas e constatou que o número de dias letivos é de noventa e seis aulas, menos da metade do recomendado, chegando algumas escolas a ter somente cinco dias de aula por ano. Informou que foi realizado o teste “provinha Brasil” e os alunos da quinta série não sabiam responder questões relativas à primeira série. Nesse contexto da educação, cobrou uma ação conjunta das prefeituras e do Ministério Público. Por fim, tratou do tema da valorização dos serviços ambientais no que se refere à legislação. Dando continuidade à audiência, o **Procurador da República do Estado do Amazonas, Fernando Merloto Soave**, após cumprimentar os presentes, destacou a atuação do Ministério Público Federal na defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais na região amazônica, que, em sua opinião, ainda é incipiente. Disse que as populações tradicionais, os povos indígenas, ajudam nesse combate ao desmatamento, no combate à degradação ambiental. Afirmou que o incentivo, seja através da Lei de Serviços Ambientais, seja através de outros meios a essas populações, da defesa dessas populações, acaba trazendo a proteção efetiva desse meio ambiente. Colocou-se à disposição para uma atuação conjunta do Ministério Público Federal e Estadual. Destacou a importância de se ter uma Política do Ministério Público que fomente, que incentive os Procuradores, os Promotores a ficarem em seus locais, seja no interior, uma vez que a troca constante de lotação é prejudicial à atuação do Ministério Público. Lembrou da importância da atuação extrajudicial do Ministério Público e da interação com outras entidades na solução das questões do Bioma. Por fim, ressaltou a disposição do Ministério Público Federal para atuar na defesa do Bioma e suas questões correlatas. Em seguida, o **representante do Instituto Amazônia da Cidadania, Alcebiades Cavalcante**, destacou a importância do evento na aproximação do Ministério Público com a sociedade. Afirmou que o Instituto Amazônia da Cidadania tem a intenção de cooperar com o Ministério Público na defesa do Bioma, especialmente na questão relativa à recuperação de Igarapés da cidade de Manaus. Informou

que encaminhou documentação à Comissão de Direitos Fundamentais e ao público de trabalho que coordenou a audiência, demonstrando que esse trabalho de recuperação dos Igarapés de Manaus, na verdade, consiste em um flagrante atentado contra a paisagem natural da cidade. Destacou alguns pontos do referido documento, tais como o problema das águas paradas, fêidas e espumosas, depósito de recipientes, dejetos, resíduos e material poluente e ausência absoluta de trabalho de saneamento nessas regiões. Criticou o trabalho que vem sendo feito em relação aos Igarapés. Destacou a gravidade do desmatamento e necessidade de intervenção do Ministério Público na conscientização da comunidade. Concluiu com a afirmação de que o Instituto Amazônia de Cidadania espera e confia na ação do Ministério Público na defesa do meio ambiente, na defesa da paisagem natural da cidade de Manaus. Por sua vez, o **Deputado do Estadual José Ricardo**, após cumprimentar os presentes, falou sobre a realidade do Estado do Amazonas e da concentração das atividades econômicas na capital por conta da Zona Franca de Manaus, fato que sempre foi utilizado como ponto para justificar um baixo desmatamento no Amazonas. Disse que outras atividades que teriam um impacto ambiental não são incentivadas, apoiadas, não têm, portanto, prioridade. Afirmou que essa realidade, contudo, tende a mudar, porque quando se fala da crise econômica, se tem intensificado alternativas econômicas. Elencou os temas tratados na Assembleia Legislativa. Ressaltou, mais especificamente, a questão relativa à poluição, ao lixo, ao esgoto, ao saneamento, na qual o Ministério Público possui papel fundamental. Criticou o descumprimento da Lei dos Resíduos Sólidos pelos gestores. Falou da contaminação dos rios e poços artesianos e destacou a necessidade de atuação do Ministério Público. Disse que a questão do lixo poderia ser tratada como forma de geração de renda, mas nada nesse sentido está sendo feito. Tratou da questão indígena e sua relação com o problema fundiário e demarcatório. Em relação à educação, disse que o Estado criou Secretaria específica, a Secretaria de Políticas Indígenas, a qual carece de recursos. E ainda em relação à questão indígena, opinou no sentido da necessidade de o Ministério Público ter um olhar especial para essa cultura. Em seguida, o **Diretor Executivo do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM, Carlos Gabriel Koury**, após saudar a todos, reforçou a necessidade da Lei de Serviços Ambientais, no nível Federal e Estadual. Cobrou transparência nas informações sobre licenciamento e desmatamento autorizado, bem como acerca das informações ambientais relativas ao saneamento. Cobrou ainda mais espaço para diálogo e participação nas políticas públicas ambientais. Trouxe informações sobre as unidades de conservação da Amazônia na implementação do Sistema Estadual de Conservação. Afirmou que, com relação às outras políticas públicas, o estudo mostrou muita ineficiência, pois ainda há desmatamento elevado. Falou em planejamento e defendeu a necessidade de se melhorar os índices de desmatamento. Lembrou a questão do desenvolvimento socioambiental como outras políticas de produção. Defendeu, por fim, a integração de todas as agendas relativas ao Bioma. Dando continuidade às participações, o **representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Doutor Philip M. Fearnside**, tratou do impacto da reabertura da BR-319. Lembrou que o grosso do desmatamento está no arco do desmatamento, longe de Manaus. Trouxe dados do site do Ministério dos Transportes. Mostrou, no mapa, as questões relativas ao impacto de que tratou. Em seguida, o **representante da Confederação Nacional da Agricultura, Rodrigo Justus de Brito**, após cumprimentar a todos, informou que a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), possui um projeto chamado Projeto Biomas, o maior projeto de pesquisa da Instituição, são vinte milhões de reais destinados à questão da sustentabilidade florestal e recuperação de áreas degradadas. Tratou do tema relativo ao controle do desmatamento e disse que hoje há uma redução expressiva do desmatamento, aproximadamente oitenta por cento e que hoje existe um desmatamento residual. Defendeu que é preciso dar efetividade ao cumprimento da legislação, mas a questão da Amazônia vai além da questão legal. Afirmou que, ao mesmo tempo em que a Amazônia junto com o Pantanal são os Biomas mais conservados, o Pantanal, talvez, um pouco mais do que a Amazônia, com 85% preservado, o fato é que se tem trinta milhões de pessoas pobres vivendo na Amazônia, e a pobreza e a miséria já, pela Organização das Nações Unidas, são consideradas os maiores problemas ambientais. Sustentou que seria uma solução transformar a Amazônia em agropecuária. Defendeu que é necessário desenvolver a ciência e tecnologia e melhorar o padrão e a sustentabilidade das atividades. Disse que falta incremento das atividades por questões de infraestrutura. Lembrou da dificuldade de transporte na região e o conseqüente aumento dos custos de produção e inviabilização

econômica do produto como um todo. Disse que é necessário se ter infraestrutura e se fazer a regularização fundiária, sem a qual os produtores da Amazônia nem mesmo podem acessar o Programa ABC, que é a Agricultura de Baixo Carbono, com juros subsidiados para a renovação de maquinários e aplicação de técnicas sustentáveis. Tratou também da temática do pagamento dos serviços ambientais e sua inviabilidade para a Amazônia como um todo por falta de recursos. Defendeu, por outro lado, o investimento em ciência, tecnologia, educação, assistência técnica e extensão rural; regularização das terras, incentivos econômicos para a produção sustentável na Amazônia. Por sua vez, A **Deputada Estadual Alessandra Campelo**, após cumprimentar a todos, destacou a atuação na área ambiental do Ministério Público do Estado do Amazonas. Fez crítica à omissão do Estado em relação ao cidadão amazonense, pela ineficiência em relação a alguns direitos básicos, especialmente no interior do Estado. Disse que o Ministério Público tem o desafio de proteger o meio ambiente de forma completa, total, incluindo o homem e a mulher no acesso a seus direitos. Sustentou a necessidade de desenvolvimento da agricultura familiar sustentável no Estado. Em seguida, o **Superintendente do IBAMA no Amazonas, Mário Lúcio da Silva Reis**, depois de cumprimentar os presentes, passou a falar, resumidamente, do trabalho desenvolvido pelo IBAMA, que tem como prioridade o combate ao desmatamento na Amazônia. Disse que o IBAMA tem trabalhado com bases móveis na Amazônia, com, anualmente, a movimentação de mil e oitocentos servidores, quatrocentas viaturas e sete aeronaves. Destacou a necessidade de capacitação e treinamento não só para o IBAMA, mas também para as entidades parceiras. Mostrou o mapa por meio do qual são identificadas as tendências do desmatamento. Demonstrou, por meio de dados do desmatamento, que o Estado do Pará é que recebe atenção mais redobrada do IBAMA, assim como, também, como o Mato Grosso, o norte do Mato Grosso, Rondônia e o sul do Estado do Amazonas. Mostrou números sobre infrações por desmatamentos irregulares na região amazônica e aplicações de multas. Lamentou que, apesar do elevado número de multas aplicadas, não há muita repercussão, razão por que o IBAMA tem investido para que aqueles autuados realmente paguem as multas. Defendeu a necessidade de se conferir celeridade no âmbito judicial não apenas na esfera criminal, mas também na execução fiscal. Mostrou números sobre áreas embargadas, bens apreendidos e desmatamentos. Fez um comparativo do desmatamento dos últimos cinco anos por Estado e concluiu que, de forma geral, houve uma redução dos índices de desmatamento. Disse que as medidas auxiliares apresentam grande efetividade, a exemplo dos embargos, porque hoje, todos que tem a sua área embargada começam a ter, também, limitação em outras operações, por exemplo, crédito. Ressaltou ainda a iniciativa do Ministério Público Federal do Amazonas, que mobiliza todas as entidades envolvidas no combate às infrações ambientais, e, no setor produtivo, também, a atuação no sentido de recomendar aos frigoríficos que passem a não comprar mais carne bovina oriundas de áreas embargadas, comportamento que faz com que os produtores comecem a buscar a regularização de sua atividade por meio do licenciamento ambiental. Informou que outra medida que adota pelo IBAMA de forma preventiva é a fiscalização a lavoura da soja. Lembrou que todos deveriam conhecer que existe um compromisso firmado pelo setor produtivo com o Estado de não cultivar soja em novas áreas abertas na região Amazônica. Opinou no sentido de que é fundamental, também, um investimento na questão de inteligência, investindo e capacitando os servidores, melhorando os equipamentos, adquirindo tecnologia, geoprocessamento, o que facilita o trabalho das operações do IBAMA. Disse ainda que são importantes as parcerias institucionais. Destacou que o IBAMA tem como meta fortalecer e focar nas ações civis públicas, principalmente para os desmatamentos realizados após julho de 2008. Sustentou que é necessário investir em tecnologia e regularização fundiária para combater o desmatamento na Amazônia. Registrou também a questão do saneamento e da biodiversidade e sua relação com a tecnologia. Pontou que cabe ao IBAMA lutar para combater o tráfico de animais e o uso indevido de acessos ao banco genético. Lembrou que é preciso investir no manejo, não só coibindo. Afirmou que o peixe Piracatinga é abundante na região e poderia representar um elemento de incremento à economia da região, mas não o é porque sua captura é difícil, razão por que se passou a matar o boto, matar o jacaré, entre outros animais. Falou sobre a questão do peixe ornamental, o qual pode representar melhora para a cadeia produtiva do setor econômico do Estado, mas também é espécie capturada. Tratou, por fim, da questão de pirataria e a proteção da biodiversidade, ressaltando a Lei 13.123, que regulamenta todos os procedimentos administrativos

dessa questão. Dando continuidade às participações, o **membro do Ministério Público do Estado do Pará, José dos Santos**, depois de saudar todos os presentes, destacou a necessidade de que a sociedade tenha um controle maior e mais efetivo com relação às Agências de Financiamento de Processo Produtivo, ou seja, sobre os créditos que são repassados, hoje, boa parte deles, oriundos de recursos públicos, precisam ter uma corresponsabilidade com relação ao desmatamento. Disse ainda que é preciso achar um mecanismo de controle para que se possa atribuir ao Agente Financeiro responsabilidade por essa atividade em relação ao Bioma Amazônico. Ressaltou que, atualmente, existem organizações criminosas no seio da Amazônia, que devem ser combatidas. Registrou que os crimes ambientais envolvem a manipulação dos sistemas de informações das cidades e dos Estados por meio da infiltração de elementos tendenciosos nesses sistemas, de modo a fraudar o sistema, práticas associadas a atividades criminosas mais tradicionais, tais como tráfico de drogas, venda ilegal de produtos, uso indevido de terras. Defendeu uma atuação conjunta dos órgãos de fiscalização e repressão dessas atividades criminosas. Colocou como reflexão o fato de que aproximadamente setenta por cento dos habitantes da Amazônia, ao contrário do que possa parecer no imaginário popular, moram nas cidades, o que faz com que exista uma pressão em seus recursos naturais, uma ampliação do espaço urbano, razão por que não se pode esquecer da questão do direito urbanístico. Por sua vez, a **membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, Kátia Maria Araújo de Oliveira**, depois de cumprimentar a todos, destacou a atuação do Ministério Público local nos temas levantados na anteriormente na audiência pública e cobrou as respostas do Poder Judiciário. Disse que gostaria que o Conselho Nacional do Ministério Público atuasse com atenção às Promotorias de Fundações com a finalidade de unificar uma diretriz de atuação em relação à fiscalização das Fundações e Associações, pois não há uma posição uniforme e nem mesmo legislação sobre o tema. Afirmou que o terceiro movimenta fortunas, motivo pelo qual é necessária uma fiscalização mais concreta e uniforme em relação a essas entidades. Em seguida, **membro do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público e Procurador Geral do Trabalho, Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva**, cumprimentou os presentes e iniciou com a temática dos impactos dos agrotóxicos nos Biomas brasileiros, ressaltando a gravidade do problema. Informou, ainda sobre a mesma temática, que desde 2009, o Brasil passou ser o maior consumidor de agrotóxicos. Lembrou dos impactos do uso indiscriminado dos agrotóxicos na saúde, no meio ambiente, tanto na zona rural como na zona urbana. Esclareceu que não se trata apenas de segurança alimentar, mas da sustentabilidade do meio ambiente, de uma forma geral, dos animais, da água, da fauna, da flora. Registrou que o Brasil é um dos principais agentes de inserção de produtos com utilização de agrotóxicos e sustentou que é necessário se pensar sobre o assunto. Pontou a questão da fronteira agrícola e o desmatamento. Comentou os dados da ação do IBAMA. Falou da ausência de um Fórum ou um Comitê no Estado do Amazonas, como tem em outros Estados, com participação do Ministério Público, da Casa Legislativa. Afirmou que o projeto do Conselho tem como objetivo maior articular os ramos do Ministério Público com os seguimentos da sociedade. Dando continuidade aos trabalhos, o **Corregedor Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, José Roque Nunes Marques**, comentou a participação de Rodrigo Freitas sobre as realidades urbanas e rurais. Informou que a realidade urbana do Amazonas não se diferencia do resto do país, de forma geral. Destacou os impactos do crescimento urbano desenfreado e as dificuldades do planejamento. Afirmou, na questão do desmatamento na região amazônica, que o grande problema são os conflitos interestaduais, a exemplo do que ocorre com a grilagem de terras. Destacou as dificuldades relativas à BR-163, em razão da falta de uma intervenção mais efetiva do Estado. Afirmou que o Amazonas vive um problema que é a ampliação do desmatamento, sobretudo nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso, que expandem suas fronteiras agrícolas em cima do Estado do Amazonas. Trouxe dados da experiência como órgão de execução e as dificuldades da Corregedoria no Estado do Amazonas. Opinou no sentido de que o grande desafio do Ministério Público é melhorar a interlocução com a sociedade. Criticou os programas de transferência, os quais, por si só, não resolvem os problemas da região. Defendeu a interlocução com a Universidade e com a comunidade. Sustentou que é fundamental se encontrar alternativas econômicas para que as pessoas não sejam dependentes de programas de transferência de renda. Por fim, o **Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público,**

Jarbas Soares Júnior, declarou cumpridos os objetivos da Audiência Pública e registrou os passos seguintes como, por exemplo, a análise do material colhido pelo Grupo de Trabalho de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, ao qual caberá encaminhar à CDDF um projeto do CNMP visando a articulação dos Ministérios Públicos nos Biomas. Agradeceu a todos e, após, encerrou a reunião, que vai abaixo assinada.



Jarbas Soares Júnior

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Conselheiro Nacional do Ministério Público



Assessora-Chefe da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Conselho Nacional do Ministério Público

